

Área temática: Brasil República

Mulher e mercado de trabalho: perfil e participação feminina entre as décadas de 1940 e 1960.

Luciana Portilho da Silva

Instituto de Economia – UNICAMP

lu_portilho@hotmail.com

Resumo

Neste artigo será analisado o papel da mulher enquanto agente econômico, verificando a amplitude e diversificação de sua participação no mercado de trabalho do Estado de São Paulo entre os anos 1940 e 1960, visto que neste período ocorreram significativas transformações socioeconômicas devido a maior urbanização, mudanças no padrão de consumo e no processo de industrialização. Para tanto, será feita uma contextualização dos aspectos femininos e familiares do período, para então fazer-se a análise dos dados apresentados pelo Censo Demográfico e Industrial do Estado de São Paulo organizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dos anos 1940, 1950 e 1960 sobre a presença feminina no mercado de trabalho. Pretende-se também verificar se houve uma convergência entre os setores industriais em desenvolvimento e as profissões buscadas pelas mulheres.

Palavras-chave: Mercado de Trabalho, Gênero e Industrialização.

Abstract

This paper pretend to analyze the women as an economic agent, checking the amplitude and diversification of their participation in the labor market of São Paulo between 1940 and 1960. That is because in this period, significant socioeconomic changes happened to increase urbanization, changes in consumption patterns and in the process of industrialization. For this, first there will be a context of family and feminine aspects for the period, and then, will be made the analysis of data submitted by the “Censo Demográfico e Industrial do Estado de São Paulo” organized by the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística for the years of 1940, 1950 and 1960 about the presence of women in the labor market. Another aim is to determine whether there was a convergence between development industry sectors and women’s occupations.

Key-words: Labor Market, gender and industrialization.

1. Introdução

Com o advento da Abolição da Escravidão e com a Proclamação da República, o Brasil ingressou no capitalismo buscando transferir sua base econômica para a industrialização e conseqüentemente estabelecer um processo de transformações sociais em busca da modernização de sua sociedade.

O conhecimento e a cultura se tornaram instrumentos de valorização do indivíduo e a mobilidade e hierarquizações sociais se davam fundadas no trabalho burocrático. No entanto, apesar deste processo apresentar maior disponibilidade de acesso a todas as camadas sociais, na prática ainda se verificavam certas restrições, pois os ex-escravos continuavam marginalizados, enquanto os imigrantes eram alocados nas fábricas, ou os que chegavam com certo capital se aventuravam no comércio. Quanto às mulheres, as de classes populares, sem muitas opções, se embrenhavam nas linhas de produção fabris e as de classe média continuavam em sua maioria fora do mercado de trabalho, se dedicando exclusivamente à família ou fazendo trabalhos voluntários incentivados pela igreja católica.

Neste período que segue até os anos 1940 a sociedade brasileira passou por relevantes transformações em busca da modernidade, no entanto, ainda se encontrava fortemente ligada aos valores tradicionais. O ranço da monarquia e do patriarcalismo agrário ainda eram encontrados no estabelecimento das relações sociais.

A partir de 1945, quando o processo de industrialização passa por um momento de extrema relevância com a instalação de setores tecnologicamente mais avançados, impulsionando a migração interna e a urbanização é que será observada maior aceleração do processo de modernização, novos padrões de consumo, ampliação dos empregos, possibilidade de ascensão social e maior acesso a educação e cultura. A idéia de progresso passava, então, a ficar fortemente associada à industrialização e urbanização. (MELLO; NOVAIS, 2009)

A busca por emprego e possibilidade de ascensão social era vista cada vez mais como possibilidade concreta por pessoas das classes média e baixa. A classe média via na expansão da grande empresa estatal e privada e na administração dos serviços públicos, os espaços para a alocação de sua mão de obra qualificada, sendo que esta qualificação começava a ser fundamentada no ensino superior. Neste âmbito, a mulher de classe média também passa a ter

maior inserção nos cursos universitários e, apesar da grande maioria das estudantes ainda se concentrar na faculdade de filosofia com o intuito de serem professoras, é possível verificar, como será exposto na seção seguinte, que se inicia uma lenta, porém significativa procura por outras áreas, principalmente as ligadas à administração e comércio. Esta tendência também será verificada para a participação feminina no mercado de trabalho.

Na metodologia de análise adotada neste artigo, será levado em conta não só a ausência ou o volume de participação feminina em atividades econômicas, mas também as formas particulares em que ela se dá. Os conceitos tradicionalmente utilizados para medir o trabalho e o procedimento de coleta de dados, baseados nas atividades econômicas desempenhadas pelos homens, contribuíam mais para ocultar do que desvendar o trabalho feminino. Isto porque os marcos teóricos e os critérios de captação de dados sempre tomaram, como modelo subjacente, o trabalho regular, contínuo em tempo integral e formalmente remunerado segundo as regras da economia de mercado predominantemente nos países capitalistas mais avançados, nos quais eles se basearam. Tais critérios são inadequados para países cuja estrutura econômica não se encontra avançada, são ainda mais inadequados quando se trata de perceber a atividade econômica da mulher, pois o trabalho feminino tinha como característica predominante ser descontínuo, frequentemente em tempo parcial e concentrado nos setores tradicionais da produção ou em pequenas empresas familiares. (WAINERMAN; LATTES, 1981 apud BRUSCHINI, 1985)

Mais do que o homem, a possibilidade da participação da mulher na atividade produtiva é influenciada, em menor ou maior escala, por certas características como idade, estado civil, escolaridade, número de filhos, vida familiar, localização rural ou urbana, entre outras.

Assim sendo, a participação das mulheres nas atividades produtivas não se define apenas pelas condições do mercado ou pela estrutura do emprego, mas também por sua posição na família e pela classe social a qual pertence. Cada etapa do seu ciclo de vida (filha, esposa ou mãe) corresponderão determinadas necessidades e possibilidades de trabalho que, segundo as oportunidades oferecidas pelo mercado, definirão a situação da mulher em relação às atividades produtivas (BRUSCHINI; MADEIRA, 1983).

Apenas tendo este duplo movimento claro que se pode entender a participação e movimento femininos dentro do mercado de trabalho. O trabalho feminino deve ser entendido como parte integrante das estratégias familiares de sobrevivência, manutenção e ascensão social. A articulação entre as atividades produtivas e reprodutivas deve ser entendida no âmbito do arranjo doméstico como um todo.

Na maior parte deste estudo os dados femininos serão apresentados em comparação com os referentes à força de trabalho masculina. Uma parte do trabalho feminino não será evidenciada pela fonte utilizada, pois, como verificam WAINERMAN e LATTES (1981 apud BRUSCHINI, 1985), o enfoque da População Economicamente Ativa (PEA) verifica se as pessoas estavam efetivamente ocupadas no período examinado, ou se estavam desocupadas, ou seja, procurando emprego. Este método pensado para países de economia capitalista avançada não considerava um fenômeno de extrema importância para países que não possuíam economia de mercado, o qual seja, o subemprego, ou empregos de duração inferior à normal e que estão buscando um trabalho complementar.

Se tal viés afetava a captação de todo o contingente de trabalhadores, afetavam ainda mais a medição do trabalho feminino que era mais frequentemente instável, sazonal e não-remunerado. Agravava-se ainda mais esta captação quando se aproximava de vieses mais próprios da condição feminina, como a dona de casa, papel desempenhado pela maioria das mulheres casadas do período, ser contabilizado como inatividade econômica.

Outro problema, o quesito trabalho no Censo em geral se refere a ocupação principal e não à ocupação exercida no período, o que tendia a aumentar a classificação de donas de casa que também exerciam uma atividade produtiva em “afazeres domésticos”. Dado a aceitação social desta função, muitas mulheres que desenvolviam outras atividades produtivas, respondiam a função de dona de casa como principal, ficando fora da consideração da PEA, sendo consideradas inativas.

Apesar destas deficiências e problemas, os dados nacionais existentes e disponíveis para este período permitiram extrair informações úteis e relevantes sobre a situação das mulheres, mas devem ser utilizados de maneira crítica e cuidadosa, pois além de revelarem a parcela não doméstica da contribuição da mulher à sociedade, tende ainda a subestimá-la.

2. Perfil feminino: aspectos individuais e familiares

A participação feminina em atividades econômicas, ou seja, sua resposta às demandas do mercado de trabalho estava condicionada à posição que a mulher ocupava na unidade familiar e em qual posição na estrutura social esta família se encontrava. Caso a mulher fosse solteira poderia mais facilmente desempenhar alguma atividade produtiva fora de seu lar, o que propiciaria a ampliação da renda familiar. Se a mulher fosse casada e tivesse filhos pequenos, era muito provável que permanecesse no lar por sua presença ser mais necessária, principalmente se a renda familiar não fosse suficiente para arcar com ajuda doméstica remunerada. Já nas famílias que apresentavam escassez de recursos, a mulher não teria alternativa senão adentrar no mercado de trabalho e improvisar uma maneira de cuidar das crianças, as vezes trabalhando algumas horas, ou deixando os filhos pequenos sob cuidado dos filhos maiores ou de algum parente. Outra alternativa freqüente para famílias de baixa renda era as mães permanecerem em casa e os filhos mais velhos deixarem os estudos para ingressarem mais cedo em uma ocupação.

Estes arranjos variavam de acordo com a condição econômica de cada família, pois famílias com maior poder aquisitivo poderiam manter seus filhos mais tempo nas escolas e com a ajuda doméstica remunerada possibilitar o trabalho feminino fora de casa. Já em outros casos poderia ser mais vantajoso para a família que a mãe se mantivesse em casa cuidando dos afazeres domésticos e dos filhos. Fica claro, portanto, que aspectos individuais e familiares também exerceram grande influência na determinação do ingresso da mulher no mercado de trabalho.

A idade deve ser considerada como um destes fatores condicionantes. Os dados dos Censos de 1940, 1950 e 1960 mostram significativa diferença na participação feminina e masculina da População Economicamente Ativa (PEA) por idade¹, conforme os gráficos 1a e 1b.

¹ As taxas de participação por idade medem a proporção da população, em determinada idade, que é economicamente ativa. A decomposição das taxas totais em taxas por idade ajudam a compreender as alterações no perfil etário da participação feminina durante o período.

Gráfico 1a

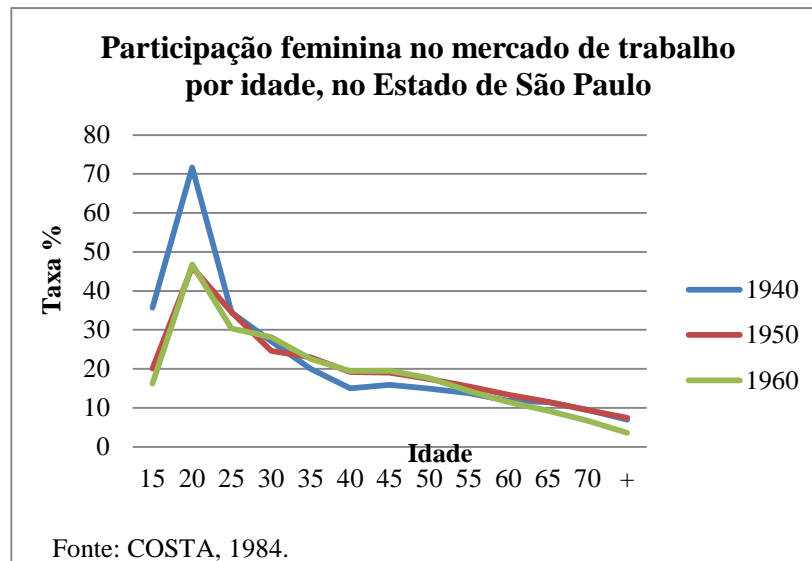
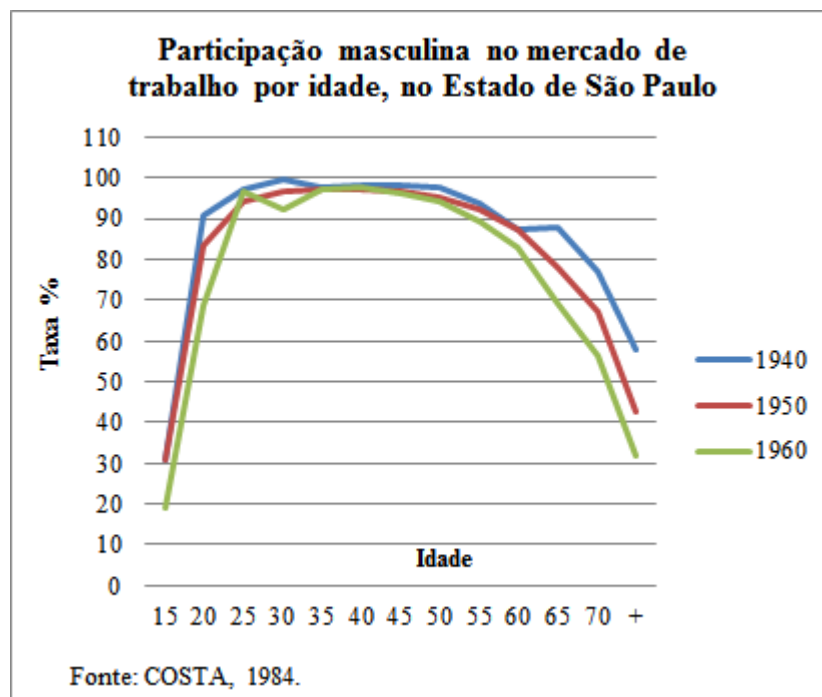


Gráfico 1b



A estrutura da participação feminina é a mesma ao longo dos anos, com a faixa entre os 15 e 19 anos apresentando as maiores taxas e a partir de então um declínio das mesmas conforme a idade avança. Este declínio se inicia a partir dos 20 anos, sugerindo possíveis efeitos do casamento e maternidade, não havendo uma tendência de retorno da mulher às atividades econômicas após o nascimento dos filhos. Isto porque a estrutura mais formalizada

dos setores econômicos com jornadas regulares de trabalho e nítida separação entre espaço familiar e produtivo dificulta a conciliação entre as múltiplas atividades femininas causando um declínio em suas taxas quando se acumulam com as funções reprodutivas. Já a curva masculina declina apenas quando a idade avança e os homens se aproximam da idade da aposentadoria.

Nota-se também dois movimentos ao longo do período, sendo o primeiro um decréscimo das taxas das primeiras e das últimas faixas de idade, tanto para mulheres quanto para os homens. Uma explicação para este fenômeno é o aumento do grau de escolarização da população em geral, que passa a se preparar melhor para o ingresso no mercado de trabalho, conforme será demonstrado mais adiante. Verifica-se, portanto, uma postergação do ingresso nas atividades econômicas.

O segundo movimento é o aumento gradual da participação feminina nas faixas centrais dos 25 aos 55 anos, idades as quais a mulher se encontra em seu período fértil, mostrando assim que as mulheres passam a se envolver cada vez mais no mercado de trabalho, aumentando a taxa de retorno após se casarem e terem filhos.

Assim como a idade, o estado conjugal é um fator que afeta significativamente a participação da mulher no mercado de trabalho. Os Censos analisados não apresentam o cruzamento da situação de emprego por estado civil, para que assim pudessem ser calculadas suas taxas de atividades específicas. Com base em Costa (1984), a análise procederá na hipótese de que se verifique no estado de São Paulo, um comportamento similar ao observado em países² que possuem dados de *status* ocupacional por estado conjugal, onde solteiras apresentam maior taxa de participação no mercado de trabalho, seguidas por divorciadas, viúvas e casadas, respectivamente. A tabela 2 apresenta a distribuição percentual da população feminina por estado civil:

² Este é o caso da Alemanha Ocidental e França na década de 1950. Ver Oppenheimer, V.K. *The female labor force in the United States*. Berkeley, University of California, 1970.

Tabela 2³

Distribuição percentual da população feminina por estado civil com 15 anos e mais, no Estado de São Paulo

Ano	Solteiras	Casadas	Separadas, disquitadas ou divorciadas	Viúvas
1940	28,87	60,86	0,39	9,88
1950	28,8	60,28	1,9	9,02
1960	27,06	61,73	2,39	8,82

Fonte: IBGE, Censo Demográfico. Elaborado por Costa, 1984.

Pode-se observar uma constância nas porcentagens de solteiras, aumento de quase 1% nas casadas e queda de 1% em relação às viúvas neste período. O maior aumento relativo ficou por conta das divorciadas que, embora sua participação no total seja pequena, apresentou crescimento na cada década, contribuindo na explicação do aumento das taxas de participação feminina no mercado de trabalho nas faixas centrais da distribuição etária neste período, visto que elas retornavam mais às atividades produtivas a fim de proverem a família.

Mesmo que se verifique no estado de São Paulo, como no exterior, uma baixa participação da mulher casada no mercado de trabalho, este aspecto tem um sentido diverso dos países mais desenvolvidos. Aqui, falta de qualificação para atividades mais profissionais e baixo nível do salário pago a trabalhos manuais fazem com que não seja compensatório, econômica ou socialmente, o envolvimento da mulher casada em atividades econômicas. As famílias de trabalhadores manuais, que são a maioria, teriam mais a perder do que ganhar com o trabalho da mãe fora de casa. (COSTA, 1984)

Dentro desta perspectiva, a possibilidade de evitar que as mães de família ingressem na força de trabalho significa, efetivamente, poupá-las de uma atividade cansativa, desinteressante e mal remunerada. Indica simultaneamente o sucesso profissional do homem como provedor, que

³ Foram considerados casamentos também as uniões consensuais. Os Censos de 1940 e 1950 não levantaram o número de uniões consensuais, e o de 1950, o número de separações. Estes foram retrojetados, com base nos dados de 1960, e subtraídas as separações dos casamentos em 1950, e as uniões consensuais da população solteira, viúva, separada e de estado conjugal ignorado, proporcionalmente, para serem somadas à população casada, nos dois censos.

mantendo a esposa em casa, propicia à família uma vida mais cômoda, através da utilização do trabalho feminino nas tarefas domésticas. A manutenção da mulher no lar significa, idealmente, comida quente, roupa limpa, filhos bem tratados, mais lazer. O trabalho da mulher fora de casa aparece como sobrecarga que superpõe às tarefas domésticas e é frequentemente concebido como 'ajuda' excepcional que se presta ao marido em caso de necessidade. (DURHAM, 1980 apud COSTA, 1984, p.19)

Assim, é possível que haja uma alocação racional de recursos dentro das famílias de baixa renda com as mães cuidando das crianças e das atividades domésticas e os filhos solteiros entrando antecipadamente no mercado de trabalho.

A posição da mulher na família é outro fator relevante para a maior possibilidade ou não de sua inserção no mercado de trabalho. Nas tabelas 3 e 4⁴ são apresentadas a composição da população feminina no estado de São Paulo segundo sua posição na família e a taxa de atividade feminina segundo a posição na família, respectivamente.

O conceito censitário de família utilizado é muito mais abrangente do que o meramente legal. Inclui todas as pessoas que, vivendo sob um mesmo teto, contribuem para um mesmo orçamento e/ou dele tiram seu sustento. Estão, assim, incluídas as famílias nucleares de tipo consensual, os arranjos familiares sem núcleo conjugal e as "famílias" de uma pessoa só. São as seguintes categorias de posição ou condição na família: chefes, que são as mulheres responsáveis pela família; esposas, as que vivem maritalmente com o chefe da família, existindo ou não vínculo matrimonial; filhas, onde são incluídas também filhas adotivas e enteadas; outras, que são outros parentes do sexo feminino, como mães, sogras, sobrinhas etc; e estranhas, que são mulheres sem relação de parentesco com a/o chefe da casa, tais como agregadas, pensionistas ou simplesmente empregadas domésticas (quando estas apareciam separadas, foram agregadas nesta mesma categoria) que dormiam habitualmente na residência dos patrões.

⁴ Os Censos de 1940 e 1950 não apresentaram estas informações, tornando inviável a comparação durante o período. No entanto, acreditamos que mesmo se referindo apenas ao ano de 1960, os dados apresentados nas tabelas podem contribuir para o entendimento da relação feminina entre posição na família e no mercado de trabalho.

Tabela 3

Composição da população feminina por posição na família (%)	
Data	1960
Chefes de família	4,65
Esposas	49,54
Filhas	31,6
Outras	10,67
Estranhas	3,54

Fonte: IBGE, Censo Demográfico

Tabela 4

Taxa de atividade feminina segundo posição na família	
Data	1960
Chefes de família	37,59
Esposas	7,58
Filhas	27,58
Outras	17,9
Estranhas	75,19

Fonte: IBGE, Censo Demográfico

Observando-se as taxas entre as posições, nota-se que as mais altas são as referentes às mulheres estranhas à família. Esta participação é naturalmente mais elevada, pois se trata de mulheres que contam com uma estrutura de serviços na casa e não possuem tantas obrigações para com a família, como agregadas e pensionistas. Já as empregadas domésticas estão na família justamente para trabalhar e seu peso deve elevar a participação deste grupo.

Nas categorias com laço de parentesco, as mulheres chefes são as que se encontram com mais frequência no mercado de trabalho, e isto se dá, provavelmente, porque é sobre elas que cai a responsabilidade maior pelos outros membros da família. A categoria filhas poderia ser considerada com participação baixa, visto que estariam livres e disponíveis para o trabalho fora de casa. No entanto, é preciso considerar que muitas delas podem ser casadas e cuidarem das crianças, porém residirem com os seus pais. Podem também ser jovens ainda em idade escolar, ou separadas e viúvas em idade mais avançada, que voltaram ao lar dos pais após

perda do marido. Outro fator explicativo é que enquanto as filhas estão em idade escolar, as mães preferem que estas permaneçam em casa auxiliando nos afazeres domésticos, enquanto as próprias mães se lançam como domésticas ou operárias. O trabalho realizado em casa por estas jovens possibilita às suas mães a busca da complementação da renda familiar fora de casa. Estas tarefas domésticas realizadas pelas filhas não é levada em consideração pelo Censo.

Os outros membros da família apresentam menor participação provavelmente em função da idade, visto que a maioria delas são mães, sogras ou tias idosas vivendo em casa de filhos, genros ou sobrinhos. Já as esposas, geralmente mães de família, são as que apresentam a menor taxa de participação. Neste caso apenas sua função produtiva está sendo contabilizada. Caso se considerasse os afazeres domésticos por elas realizados, sua taxa de participação seria a mais elevada do grupo familiar. Deve-se, portanto, levar em consideração a questão do duplo papel feminino na produção social.

Um fator de grande contribuição para a maior presença da mulher casada no mercado de trabalho é a queda da taxa de fecundidade total⁵, conforme apresentado na tabela 5, para os anos 1930 até 1970. Segundo CARVALHO (apud COSTA, 1984, p.46), a queda da fecundidade no Brasil foi de 8% nos vinte anos que vão desde 1940 até 1960, passando para mais de 23% nos últimos anos da década de 60, sendo que o estado de São Paulo foi uma das regiões que liderou este processo apresentando uma queda, ao longo do período, de 27% na fecundidade total, sendo que 11% foi entre os anos 1930 até 1950, conforme tabela a seguir:

Tabela 5

Taxas de fecundidade total	
Período	Taxas
1930 - 1940	5,6
1940 - 1950	5
1960 - 1970	4,1

Fonte: Costa, 1984, p. 46

⁵ Taxa de fecundidade total representa o número de nascidos vivos que teria uma mulher até o fim de seu período fértil, se mantivesse o comportamento reprodutivo indicado pelas taxas de fecundidade específicas por idade, observadas para uma data ou período.

É necessário deixar claro que o objetivo deste trabalho não é examinar a queda da taxa de fecundidade, mas sim constatar-la e tentar captar suas possíveis relações com o maior envolvimento feminino na mão-de-obra, principalmente nas faixas de idades centrais, conforme já apresentado. As explicações propostas por Carvalho são de que fatores como o aumento da industrialização, urbanização, porcentagens de alunos nas escolas, etc contribuíram para a diminuição da fecundidade, como observado em países desenvolvidos, porém, no Brasil esta queda se registrou também entre populações que participavam apenas marginalmente deste processo, como a população de baixa renda dos centros urbanos. Portanto, não foi apenas o crescimento econômico em si que causou a queda da taxa de fecundidade, mas sim elementos mais associados ao tipo de crescimento econômico verificado no Brasil.

Do ponto de vista econômico, seriam “duas as principais causas da queda da taxa de fecundidade, uma estrutural, isto é, intensificação do processo de proletarização; e a outra cíclica, isto é, queda no padrão de vida entre amplos os segmentos da população”. (CARVALHO, 1981 apud COSTA, 1984, p.54)

A constatação da queda da taxa de fecundidade no estado de São Paulo no mesmo período em que há um aumento nas taxas de participação feminina no mercado de trabalho, principalmente nas idades centrais, e com base na correlação entre número de filhos e participação na mão-de-obra, conclui-se que a queda da taxa de fecundidade no estado teve relação com o maior envolvimento da mulher no mercado de trabalho.

Quanto ao nível educacional da população, a tabela 6 nos mostra qual a parcela da população brasileira e paulista sabia ler e escrever entre as décadas de 1940 e 1960. Segundo os dados apresentados, em 1940 cerca de 32% da população brasileira poderia ser considerada alfabetizada, sendo que este valor aumentou para 45% em 1960, chegando a praticamente metade dos brasileiros sabendo ler e escrever.

Já o estado de São Paulo apresenta números melhores, pois inicia o período com 45% de sua população alfabetizada, saltando este valor para 60% em 1960. Diante disto, podemos notar que cerca de 15% a mais dos habitantes de São Paulo tiveram acesso à educação básica em comparação com os valores da população brasileira. Esta maior taxa de alfabetização foi

reflexo de um desenvolvimento industrial expressivo, além de uma forte urbanização nesta região. No entanto, é importante ressaltar que em todo este período o percentual de mulheres alfabetizadas esteve abaixo ao dos homens, ficando claro que o ingresso da mulher no ensino básico, suas possibilidades de aprender a ler e escrever, ainda eram árduas.

Tabela 6

Pessoas de 5 anos e mais, por sexo, segundo instrução.*

Ano	Sexo	Brasil					São Paulo				
		Total de habitantes	Sabem ler e escrever	Participação no total	Não sabem ler e escrever	Participação no total	Total de habitantes	Sabem ler e escrever	Participação	Não sabem ler e escrever	Participação no total
1940	Total	41.236.315	13.292.605	32%	21.295.490	52%	7.180.316	3.196.556	45%	2.857.761	40%
	Homens	20.614.088	7.344.772	36%	9.908.255	48%	3.670.605	1.830.684	50%	1.269.548	35%
	Mulheres	20.622.227	5.947.833	29%	11.387.235	55%	3.509.711	1.365.872	39%	1.588.213	45%
1950	Total	51.944.397	18.588.722	36%	24.984.795	48%	9.134.423	4.627.329	51%	3.153.398	35%
	Homens	25.885.001	9.966.392	39%	11.682.743	45%	4.648.606	2.563.437	55%	1.397.916	30%
	Mulheres	26.059.396	8.822.340	34%	13.802.052	53%	4.485.817	2.063.892	46%	1.755.482	39%
1960	Total	70.070.457	31.362.783	45%	27.578.971	39%	12.823.806	7.647.399	60%	3.307.318	26%
	Homens	35.055.457	16.362.285	47%	12.978.840	37%	6.477.519	4.089.706	63%	1.435.204	22%
	Mulheres	35.015.000	15.000.498	43%	14.600.131	42%	6.346.287	3.557.693	56%	1.872.114	29%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico. Elaboração própria

* Os demais habitantes não declararam a instrução

Em relação ao grau de instrução, na tabela 7 vê-se a proporção da população com curso completo, por nível de curso, e por sexo nas datas dos Censos. Percebe-se que o grau de escolaridade aumentou em todos os níveis.

No elementar e médio, a participação da mulher manteve-se muito próxima à dos homens. No começo da década de 1940, 10,65% da população feminina do estado de São Paulo havia concluído o ensino elementar, subindo este percentual para 30,97 no início dos anos 1960, registrando um aumento de 191% ao longo do período. Já a participação masculina aumentou em 216%, saltando de 10,27% para 32,45%. O ensino médio, que em 1940 contava com menor inserção das mulheres, duas décadas depois viu esta participação aumentar fazendo com que praticamente metade dos estudantes fosse do gênero feminino.

Tabela 7

Distribuição percentual da população por curso completo, no Estado de São Paulo

Ano	Sexo	Grau do ensino		
		Grau elementar	Grau médio	Grau superior
1940	Homens	10,27	2,26	1,01
	Mulheres	10,65	1,93	0,14
1950	Homens	27,27	4,79	1,20
	Mulheres	26,40	4,46	0,14
1960	Homens	32,45	6,92	1,63
	Mulheres	30,97	6,73	0,29

Fonte: IBGE, Censo Demográfico. Elaboração Costa, 1984.

A maior discrepância entre os números referentes à participação feminina e masculina fica por conta do ensino superior, pois em 1960, 85% das pessoas que possuíam grau superior completo eram homens, e apenas 15% eram mulheres. Esta diferença poderia ser considerada como um entrave à entrada das mulheres no mercado de trabalho, pois quanto maior o nível de instrução, maiores as possibilidades de emprego nas indústrias que estavam surgindo no estado. No entanto, é importante ressaltar que, apesar da participação feminina em curso superior ainda estar bem abaixo da masculina, o seu ritmo de crescimento foi superior ao dos homens nas universidades, visto que entre os anos 1940 e 1960 o número de mulheres com curso superior completo aumentou cerca de 107%, enquanto o de homens com diplomas cresceu por volta de 61%.

O nível de escolaridade da população aumentou, havendo uma queda significativa do percentual da população sem nenhum diploma e aumento das pessoas formadas em escola primária, secundária e superior. O aumento na formação de nível médio e superior foi impulsionado pela maior capacidade de absorção dos setores administrativos médios, considerados femininos, que estava vinculada ao desenvolvimento dos serviços administrativos, financeiros e econômicos sob patrocínio público e privado. (COSTA, 1984, p. 41)

Entre os cursos superiores, o que apresentou maior adesão foi o chamado “Pedagógico ou magisterial” que em 1960 concentrou quase 44% do total de estudantes, sendo que em 1940 esta procura era de 20% dos estudantes. Entre as mulheres a concentração foi muito maior, pois cerca de 81% dos diplomas femininos se referiam a este curso, além de 85% destes estudantes serem compostos por mulheres. Assim, podemos verificar que a mulher de classe média foi aos poucos entrando na universidade, mas ainda existia muito preconceito em relação a diversas profissões. Muitas delas acabavam se dirigindo à faculdade de pedagogia com o objetivo de serem professoras. “... a maioria das moças de classe média continuava professora primária, uma “segunda mãe” do “segundo lar”, a escola.” (MELLO; NOVAIS, 2009)

O curso “Comercial” era o mais procurado nos anos 1940, porém o interesse dos estudantes por esta carreira diminuiu, um dos motivos foi a oferta de cursos técnicos administrativos ter aumentado. Este curso estava voltado para o aprendizado de atividades administrativas e financeiras tanto na área privada quanto pública. Era responsável por 29% da preferência dos estudantes em 1960, sendo que a distribuição interna dos alunos era 82% de homens e 18% de mulheres. Apesar do número de estudantes mulheres estar bem abaixo do masculino, houve um aumento significativo de 518% entre estas duas décadas, conforme demonstra a tabela abaixo:

Tabela 8

Pessoas de 10 anos e mais que possuem curso completo, por sexo, segundo a espécie do curso ou diploma									
Espécie do curso ou diploma	1940			1950			1960		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Ensino geral	18.427	10.839	7.588	1.967.801	1.025.907	941.894	3.374.980	1.755.258	1.619.722
Primário	193	100	93	1.791.867	927.686	864.181	2.956.350	1.523.112	1.433.238
Ginasial	17.531	10.377	7.154	157.681	83.799	73.882	339.477	177.735	161.742
Colegial	703	362	341	18.253	14.422	3.831	79.153	54.411	24.742
Ensino magisterial, cultural ou profissional	77.179	51.989	25.190	180.266	105.499	74.767	292.493	161.359	131.134
Agrícola	1.171	1.105	66	2.560	2.435	125	2.861	2.768	93
Veterinária	317	307	10	430	416	14	718	686	32
De artes domésticas	4.350	255	4.095	208	2	206	44	8	36
Industrial ou técnico profissional	2.072	1.829	243	7.451	5.659	1.792	2.774	2.181	593
De serviços de transporte	579	518	61	301	293	8	-	-	-
Química industrial	590	554	36	1.378	1.216	162	2.236	2.070	166
Engenharia	3.825	3.803	22	7.166	7.107	59	15.480	15.321	159
Comercial	23.252	20.239	3.013	64.763	49.906	14.857	85.029	69.424	15.605
Economia	1.084	1.004	80	2.137	2.011	126	5.542	5.127	415
Direito	4.879	4.772	107	7.671	7.467	204	15.381	14.281	1.100
Enfermagem e assistência social	1.447	347	1.100	3.024	568	2.456	-	-	-
Serviços sanitários	-	-	-	-	-	-	1.902	203	1.699
Farmácia	4.035	3.169	866	4.475	3.417	1.058	5.703	4.228	1.475
Odontologia	4.100	3.604	496	5.547	4.885	662	9.984	8.937	1.047
Medicina	4.552	4.419	133	6.852	6.576	276	10.947	10.071	876
Educação física	215	162	53	639	357	282	482	262	220
Pedagógico ou magisterial	15.634	2.902	12.732	58.499	7.836	50.663	126.738	19.341	107.397
Artes plásticas	909	750	159	487	337	150	286	160	126
Coreógrafo ou dramático	28	10	18	27	8	19	-	-	-
Música	2.159	330	1.829	1.888	261	1.627	-	-	-
Eclesiástico	1.087	1.049	38	2.428	2.407	21	2.412	2.334	78
Militar	578	578	0	2.335	2.335	0	3.974	3.957	17
Arquitetura	-	-	-	478	470	8	1.296	1.210	86
Bacharelado e didática	-	-	-	32	7	25	11.564	5.627	5.937

Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

O perfil das escolhas femininas por cursos superiores apresentou mudanças relativas ao longo destes vinte anos. Em 1940, a preferência das estudantes se concentrava em cerca de 50% para o curso “Pedagógico e Magisterial” e o restante se distribuía entre Comercial com 12%, Música representando 8%, Assistência Social com 5% da procura e Farmácia com 4% do interesse feminino. Já em 1960, a procura das estudantes se concentrou prioritariamente no curso Pedagógico, com 81% como dito anteriormente. Os demais foram “Comercial” e “Bacharelado e Didática” com 12% e 5%, respectivamente. Áreas mais técnicas como

Engenharia, Direito, Economia e Medicina, não alcançavam 2% das ambições profissionais femininas em 1960.

A relevância de se atentar para estes dados é que, independente de seu estado civil, o grau de instrução das mulheres apresenta correlação elevada com sua participação na força de trabalho, como já observaram MIRANDA (1975), LEWIN (1980), COSTA (1984) e BRUSCHINI (1985). As taxas de atividade feminina são mais elevadas quanto mais instruída for a trabalhadora. Uma possível correlação estaria nas oportunidades de trabalho oferecidas pelo mercado de acordo com os níveis de instrução, pois amplia-se consideravelmente neste período ofertas de emprego para secretárias, balconistas e outras ocupações que requerem certo nível de instrução.

Outro fator, conforme observa MIRANDA (1975 apud COSTA, 1984) é que mulheres com maior escolaridade tenham menos filhos e possam participar mais intensamente da PEA, associando assim instrução e fecundidade. No entanto, maiores níveis educacionais correspondem a melhores condições econômicas e sociais, o que poderia disponibilizar para estas mulheres arcar com despesas de estrutura de apoio como empregadas domésticas, creches etc, que lhes possibilitassem o ingresso no mercado de trabalho. No entanto, o fato da mulher mais instruída ter maior ingresso no mercado de trabalho não afeta significativamente o padrão geral de participação feminina, por ser relativamente reduzido o número de trabalhadoras com escolaridade superior.

3. Participação da mulher no mercado de trabalho paulista

Esta distribuição na área de ensino superior se refletiu diretamente sobre o ambiente profissional, visto que foram nestas áreas que se concentrou o maior número de mulheres trabalhadoras.

Entre os anos 1940 e 1960, como destaca COSTA (1984), a PEA feminina do estado de São Paulo teve um crescimento substancial anual médio de 2,61%, no entanto, este crescimento foi inferior ao crescimento populacional no mesmo período, de 3,23% ao ano. Isto também aconteceu na PEA masculina, que apresentou um crescimento médio de 2,58% ao ano, enquanto a população masculina cresceu 3,07%. Para entender este comportamento,

utilizaremos a taxa de participação ou de atividade total⁶ feminina e masculina apresentadas na tabela abaixo:

Tabela 9

Participação total no mercado de trabalho, por sexo, de pessoas com 10 anos e mais		
Ano	Mulheres	Homens
1940	31,59	83,66
1950	25,5	82,18
1960	23,95	77,34

Fonte: Costa, 1984, p. 6

Percebe-se a enorme diferença entre os níveis de participação feminino e masculino, significando que em todo este período a mulher continuou marginalizada economicamente, não se envolvendo substancialmente no mercado de trabalho. Outra constatação que pode ser feita é em relação à queda da taxa de participação tanto das mulheres, que passou de 31,59% para 23,95%, enquanto dos homens caiu de 83,66 para 77,34. Na tabela seguinte são apresentadas estas taxas de participação específicas por idade:

⁶ Taxa de participação ou de atividade total é o quociente entre a PEA, em termos absolutos, e a população em idade de trabalhar, multiplicado por 100, isto é, a porcentagem da população habilitada, que está trabalhando.

Tabela 10

**Participação feminina no mercado de trabalho, por sexo e por idade,
no Estado de São Paulo**

Idade	1940		1950		1960	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
10 - 14	35,69	31,06	20,09	30,65	16,24	19,18
15 - 19	71,7	90,78	46,11	83,65	46,77	68,53
20 - 24	34,45	96,97	34,58	94,2	30,36	96,89
25 - 29	27,1	99,58	24,63	96,9	28,17	92,44
30 - 34	20,04	97,76	22,95	97,04	22,58	97,19
35 - 39	15	98,15	19,18	97,45	19,48	97,65
40 - 44	15,93	98,05	19,02	96,58	19,49	96,29
45 - 49	14,9	97,72	17,39	95,29	17,63	94,03
50 - 54	13,81	93,76	15,52	92,17	14,36	89,4
55 - 59	11,77	87,48	13,38	87,52	11,49	82,85
60 - 64	11,51	87,84	11,59	78,08	9,27	69,42
65 - 69	9,49	76,93	9,4	67,21	6,68	56,5
70 +	6,94	57,85	7,44	42,84	3,61	31,72
Total	31,59	83,85	25,5	82,18	23,95	77,34

Fonte: Costa, 1984.

As taxas da tabela 10, mostram uma tendência de postergação da entrada da mulher no mercado de trabalho através da diminuição da taxa entre as idades de 10 a 19 anos e com maior número de trabalhadoras a partir dos 20 anos. Isto pode ser explicado pelo aumento do nível de escolaridade, conforme será apresentado anteriormente, o que faz com que as mulheres adiem sua entrada no mercado de trabalho para estudar e assim apresentar uma formação profissional mais completa e que ofereça melhores condições e oportunidades de trabalho. A taxa masculina também diminui entre estas idades, porém numa proporção menor que a feminina.

A mesma tendência se verifica no extremo oposto da tabela, em que a taxa de participação nas idades mais avançadas também diminuiu. Este fenômeno foi corriqueiro em países que apresentam aumento no índice de desenvolvimento econômico, visto que a população passou a ter uma maior abrangência de políticas de previdência, além de ter mais condições econômicas de parar de trabalhar mais cedo.

Já a enorme diferença entre as taxas femininas e masculinas podem ser explicadas devido à baixa qualificação feminina para atividades mais “profissionais” e o baixo salário pago ao trabalho manual fazer com que não fosse compensatório o envolvimento da mulher, tanto casada quanto solteira, no mercado de trabalho. Nestas famílias de trabalhadores manuais, via-se o trabalho feminino extra-doméstico como uma ajuda excepcional ao marido em caso de necessidade.

A tabela 11 demonstra a evolução do emprego nos principais setores de atividades econômicas do estado de São Paulo. O primeiro ponto que nos chama a atenção é a queda de 6% do total de empregos no setor agrícola, sendo este o único setor a registrar uma diminuição no número de trabalhadores. Este fenômeno teve maior incidência nos empregos femininos que em 1960 representavam quase metade dos existentes em 1940, com uma queda de 42%.

Tabela 11

Pessoas de 10 anos e mais, por sexo, segundo o ramo da atividade principal exercida e a posição na ocupação									
Ramo da atividade principal e posição na	1940			1950			1960		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Agricultura, pecuária, silvicultura	1.529.055	1.302.093	226.962	1.449.396	1.292.754	156.642	1.436.537	1.304.031	132.506
Empregados	603.453	559.884	43.569	697.599	645.707	51.892	664.665	611.080	53.585
Empregadores	36.596	35.328	1.268	59.642	58.752	890	43.725	42.798	927
Trabalhando por conta própria	354.375	344.535	9.840	278.747	274.791	3.956	318.378	309.775	8.603
Membros da família	525.152	356.313	168.839	412.442	312.574	99.868	129.678	126.910	2.768
De outra posição ou de posição não declarada	9.479	6.033	4.446	966	930	36	280.091	213.468	66.623
Indústrias extrativas	22.758	22.322	436	44.472	43.645	827	39.195	38.355	840
Empregados	15.333	15.092	241	33.528	32.985	543	28.725	28.069	656
Empregadores	358	352	6	1.071	1.065	5	617	549	0
Trabalhando por conta própria	5.702	5.655	47	6.659	6.613	46	8.764	8.696	68
Membros da família	1.212	1.105	107	3.183	2.950	233	340	224	0
De outra posição ou de posição não declarada	153	118	35	31	31	0	933	817	116
Indústria de transformação	428.478	343.480	84.998	801.325	631.688	169.637	1.053.310	862.904	190.406
Empregados	381.991	299.551	82.440	730.159	562.375	167.784	1.009.229	821.187	188.042
Empregadores	10.279	10.080	199	35.725	35.250	475	28.636	28.102	534
Trabalhando por conta própria	29.687	28.716	971	27.087	26.667	420	12.202	11.106	1.096
Membros da família	4.984	4.107	877	8.197	7.244	953	3.210	2.483	727
De outra posição ou de posição não declarada	1.537	1.026	511	157	152	5	33	26	7
Comércio de mercadorias	189.955	177.179	12.776	248.393	224.442	23.951	405.714	355.861	49.853
Empregados	102.317	93.241	9.076	133.567	115.002	18.565	233.062	193.340	39.722
Empregadores	12.113	11.846	267	32.747	31.809	938	27.561	26.733	828
Trabalhando por conta própria	69.038	66.791	2.247	70.571	68.024	2.547	139.474	131.570	7.904
Membros da família	5.571	4.618	953	11.281	9.385	1.896	5.523	4.140	1.383
De outra posição ou de posição não declarada	916	683	233	227	222	5	94	78	16
Transportes e comunicação	129.524	125.408	4.116	197.269	189.343	7.926	280.923	269.506	11.417
Empregados	105.645	101.704	3.941	160.416	152.588	7.828	221.231	209.968	11.263
Empregadores	723	716	7	3.075	3.060	15	1.139	1.135	4
Trabalhando por conta própria	21.712	21.609	103	32.341	32.274	67	57.843	57.701	142
Membros da família	1.032	1.020	12	1.374	1.358	16	596	588	8
De outra posição ou de posição não declarada	412	359	53	63	63	-	114	114	0
Administração pública, justiça, ensino público	70.830	50.646	20.184	56.972	48.067	8.905	136.704	118.500	18.204
Defesa nacional, segurança pública	24.481	24.210	271	35.272	34.419	853	-	-	-
Profissões liberais, culto, ensino particular, administração privada	32.345	23.335	9.010	26.495	22.077	4.418	-	-	-
Serviços, atividades sociais	177.799	112.669	65.130	114.574	55.812	58.762	179.051	75.935	103.116
Empregados	84.965	63.461	21.504	102.375	51.970	50.405	162.303	69.984	92.319
Empregadores	5.312	4.659	653	525	361	164	199	160	39
Trabalhando por conta própria	76.310	40.598	35.712	2.973	691	2.282	4.015	1.489	2.526
Membros da família	3.192	1.792	1.400	8.587	2.734	5.853	12.522	4.298	8.224
De outra posição ou de posição não declarada	8.020	2.159	5.861	114	56	58	12	4	8
Atividades domésticas, atividades escolares	2.138.784	245.002	1.893.782	2.804.493	315.640	2.488.677	-	-	-
Empregados	100.576	11.489	89.087	-	-	-	-	-	-
De posição não declarada	2.038.208	233.513	1.804.695	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	-	-	-	413.133	211.698	201.435	686.491	359.790	326.701
Empregados	-	-	-	288.882	124.170	164.712	464.236	190.801	273.435
Empregadores	-	-	-	23.599	21.605	1.994	11.385	9.926	1.459
Trabalhando por conta própria	-	-	-	90.482	58.665	31.817	206.839	155.963	50.876

Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

Em relação à indústria de transformação, o número total de postos de trabalho de 428.478 em 1940 para 1.053.310 em 1960, representando um aumento de 146%. A participação feminina aumentou a uma taxa inferior a do setor como um todo, porém o número de mulheres “empregadoras” que no início do período era de 199 passou para 534 ao final, um número extremamente inferior ao de empregadores masculinos, mas ainda sim um aumento considerável.

No entanto, o setor que apresentou maior inserção da mulher em suas atividades foi o de Comércio de mercadorias, que se no total de postos de trabalho teve um acréscimo de cerca de 114%, passando de 189.955 em 1940 para 405.714 em 1960, os números de crescimento do emprego feminino foram maiores ainda, apresentando uma elevação de cerca de 290% entre os anos 1940 e 1960. Esta elevação se refletiu também no número de mulheres empregadoras e nas trabalhadoras por conta própria.

Na área de Serviços e Atividades Sociais, a quantidade de trabalhadores em geral se manteve praticamente a mesma, no entanto, observa-se uma transferência de postos de trabalhadores masculinos para femininos. O número de homens presentes neste setor diminuiu em 33%, enquanto o de mulheres aumenta em 58%, mostrando já uma preponderância feminina nesta área, assim como se viu no item 1.3 relacionado aos cursos superiores procurados pela população feminina.

4. Considerações finais

Na década de 1940, ocorreram mudanças no processo de industrialização brasileiro que foram seguidas de maior urbanização, modernização da sociedade paulista e transformações que afetaram o modo como se organizava sua estrutura social. Dentro destas transformações, este artigo buscou mostrar as relativas às mulheres deste período, tanto no seu perfil pessoal e familiar, quanto educacional e laborioso.

Ao longo destas duas décadas vimos o início de uma mudança comportamental da PEA feminina, havendo aumento gradual na participação feminina nas faixas de idade centrais, dos 25 aos 55 anos, indicando maior retorno das mulheres às atividades laboriosas

após o casamento e nascimento dos filhos. Em relação à população em geral, houve postergação na idade da entrada no mercado de trabalho, privilegiando melhor preparação educacional e antecipação da saída, como consequência de maior abrangência de políticas de previdência social e desenvolvimento econômico. Uma significativa queda da taxa de fecundidade total também contribuiu para entendermos a elevação das taxas centrais de participação feminina no mercado de trabalho, queda esta que pode ser explicada pela intensificação do processo de proletarização e pela queda do padrão de vida da sociedade paulista.

Os níveis educacionais em geral apresentaram elevação de suas taxas. O número de mulheres com instrução em grau elementar e médio estava próxima ao dos homens, porém, quando verificamos os dados do grau superior, notamos que o aumento da participação feminina não foi suficiente para se aproximar dos números da participação masculina, ficando as mulheres responsáveis por apenas 25% do número total de estudantes em universidades. No entanto, a taxa feminina com curso superior completo aumentou 107%, o que significa quase o dobro de aumento da taxa masculina.

Cabe ressaltar ainda que, as estudantes se direcionaram mais para os cursos superiores de pedagogia e técnicos de nível médio nas áreas comerciais e administrativas. O surgimento destes cursos técnicos possibilitou que mais mulheres tivessem uma formação profissional, visto que os cursos superiores eram mais frequentados pela classe média. Este aumento se deu concomitantemente à maior capacidade de absorção dos setores administrativos. Além destes, os setores que acolheram maior número de trabalhadoras foram os da indústria de transformação e de comércio de mercadorias.

Outro dado importante a que chegamos foi em relação à participação feminina no mercado de trabalho. Em todo o período analisado, ela esteve extremamente abaixo da taxa de participação masculina, o que nos leva a concluir que, apesar desta taxa ter se elevado entre os anos 1940 e 1960, a mulher permaneceu marginalizada economicamente no mercado de trabalho em todo o período analisado.

Bibliografia

BRUSCHINI, M.C.A. **Mulher, casa e família**: Cotidiano nas camadas médias paulistanas. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Editora Vértice, 1990.

Mulher e trabalho: uma avaliação da década da mulher. São Paulo: Nobel: Conselho da Condição Feminina, 1985

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930 – 1970**. 3ª ed., São Paulo: Editora Unesp, 2007

COSTA, L. B. **Participação da mulher no mercado de trabalho**. São Paulo: Editora do IPE – USP, 1984.

FIBGE – Departamento de Censos, **Censo Demográfico e Industrial**, Rio de Janeiro, 1940, 1950, 1960 e 1970.

FREYRE, G. **Ordem e Progresso**. 6ª ed. São Paulo: Editora Global, 2004.

MELLO, J.M.C e NOVAIS, F. **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna**. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

MELLO, J.M.C. **O capitalismo tardio**. 4ª ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1982

NEGRI, B. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880 – 1990)**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1996.

SAFFIOTI, H.I.B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1976.

SKIDMORE, T. **Brasil de Getúlio Vargas a Castelo Branco**: 1930 – 1964. 7ª ed., São Paulo: Editora Paz e Terra, 1982